

O encontro é uma ferida

Excerto da conferência-performance *Secalharidade*

de João Fiadeiro e Fernanda Eugénio

Culturgest - Junho 2012

O encontro é uma ferida. Uma ferida que, de uma maneira tão delicada quanto brutal, alarga o possível e o pensável, sinalizando outros mundos e outros modos para se viver juntos, ao mesmo tempo que subtrai passado e futuro com a sua emergência disruptiva.

O encontro só é mesmo encontro quando a sua aparição acidental é percebida como oferta, aceite e retribuída. Dessa implicação recíproca emerge um *meio*, um *ambiente mínimo* cuja duração se irá, aos poucos, desenhando, marcando e inscrevendo como paisagem comum. O encontro, então, só se efectua – só *termina* de emergir e começa a acontecer – se for reparado e consecutivamente contra-efectuado – isto é, assistido, manuseado, cuidado, (re)feito a cada vez *in-terminável*.

Muitos acidentes que se poderiam tornar encontro, não chegam a cumprir o seu potencial porque, quando despontam, são tão precipitadamente decifrados, anexados àquilo que já sabemos e às respostas que já temos, que a nossa *existência* segue sem abalo na sua cinética infinita: não os notamos como inquietação, como oportunidade para reformular perguntas, como ocasião para refundar modos de operar.

Com o pressuposto de que primeiro é preciso saber para depois agir, raramente paramos para reparar no acidente: mal ele nos apanha, tendemos a bloquear a sua manifestação ainda precária e incipiente. Recuamos com o corpo e avançamos com o “olhar” – que julga apenas constatar “objetivamente” o que lá está – ou com o “ver”, que parte da premissa de que há um sentido por detrás das coisas, a ser interpretado “subjetivamente”. Num ou noutro caso, chega-se cedo demais com um saber – lei ou ponto de vista, uno ou plural: ambos manipulação. Ambos versões de uma mesma cisão entre sujeito e objecto, a repartir por decreto o que pode e o que não pode cada um destes entes. A setorizar no sujeito,

de modo unilateral, toda a capacidade de agência e de produção de sentido, assim como todo o direito de legislar sobre o objecto para fins de diagnóstico, controle, classificação, pacificação do espírito, etc. Tornando objecto, o acidente é também cancelado na sua inclinação e potência de afectação cabendo, à força, numa certeza ou num “achar”. E assim se vai *existindo*. “Achando” antes de se encontrar.

Sendo esta a lógica dominante a operar no nosso quotidiano – a do desespero e não a da espera; a da urgência e não a da emergência, a da certeza e não a da confiança – um acidente, só é experimentado como tal se tiver a força de uma catástrofe. Se for tão desproporcional na sua diferença, na sua discrepância em relação à nossa expectativa e aos nossos instrumentos de decifração e interpretação, a ponto de se antecipar e se sobrepor ao decreto de objectivação, levando-nos, num só folgo, de sujeitos a sujeitados. Então não o conseguimos ignorar nem o domesticar: ele, simplesmente, cai-nos em cima. Mas o que é trágico, é que mesmo este acidente-catástrofe, tão pouco tende a ser vivido como encontro, já que a cisão entre sujeito e objecto preserva-se, apenas se invertem os seus sinais. Destituídos do controle que julgávamos nos pertencer de direito, paralisamos-nos ultrajados diante da súbita soberania do acidente. Entramos em crise, colocamos tudo em dúvida; culpamos os deuses, os pais, o estado, o país. Em desespero, precipitamo-nos para a arbitrariedade do “tanto faz” ou para a prepotência do “tudo pode”: pomos-nos a *resistir*. E se mesmo assim não funcionar, pior ainda, pomos-nos a *desistir*.

Só que aí já é tarde – nem o saber se aplica mais, nem os “achismos” nos salvam, nem nos abrimos à estimativa recíproca, perdendo assim a oportunidade de experimentar “ao que sabe” o encontro. Já não detemos o controle e muito menos as certezas que o amparavam. Já claramente não somos nós quem *decide*. Entretanto, como se nos tivéssemos esquecido de sincronizar os nossos pressupostos à atualização do mundo, permanecemos reféns do decreto que nos dava a ilusão de decidir. E é aqui que está o nó: não em termos perdido o “poder de *decisão*” (será que alguma vez o tivemos?), mas em sermos incapazes de tomar uma “*des-cisão*”, de revogar o decreto da cisão.

O mundo em que vivemos hoje é justamente este: aquele em que já percebemos que não podemos decidir, mas ainda não aprendemos a *des-cindir*. Um mundo em que, atônitos, nos sentimos consecutivamente apanhados por

acidente atrás de acidente, crise atrás de crise, incerteza atrás de incerteza. Apanhados pela exasperada sensação de que "já é tarde". "Já é tarde" para insistir na ficção de que detemos o controle. "Já é tarde" para insistir na negação das disparidades, dos conflitos, das discordâncias, das intransigências, dos equívocos tornados lei. "Já é tarde" para insistir em viver "como se" o consenso fosse possível ou mesmo desejável. Para insistir numa *existência* inabalável, que pretende saber por antecipação, apoiada num nexos apriorístico e transcendente: a cada coisa o seu nome, o seu enquadramento, a sua regularidade; nenhum susto ou risco, tudo explicado, tudo previsto. E isso, tudo isto, já não se sustenta mais.

Mas se já não há como prosseguir numa *existência* acomodada, na pacata desimplicação do "tá-se bem", também "já é tarde" tanto para a *resistência* como para a *desistência*: fica cada vez mais claro que não há "saída" nem "solução" a partir dessas duas maneiras de nos *desresponsabilizarmos*.

E, talvez por isso, seja este o momento justo para estancar o desespero e reparar no que há à volta. Suspender o regime da urgência, criando as condições para uma abertura desarmada e responsável à emergência. Substituir a expectativa pela espera, a certeza pela confiança, a queixa pelo empenho, a acusação pela participação, a rigidez pelo rigor, o escape pela comparência, a competição pela cooperação, a eficiência pela suficiência, o necessário pelo preciso, o condicionamento pela condição, o poder pela força, o abuso pelo uso, a manipulação pelo manuseamento, o descartar pelo reparar. Reparar no que se tem, fazer com o que se tem. E acolher o que emerge como acontecimento. Reencontrar, naquela matéria simples e quotidiana em relação à qual aprendemos a nos insensibilizar – a matéria da *secalharidade* – reencontrar aí, nesse comparecer recíproco, toda uma multiplicidade de vias contingentes para abrir uma brecha. Uma brecha para a *re-existência*.

De forma a explorar essa brecha é preciso abdicar das respostas, largar a obstinação por se definir o que as coisas "são", o que "significam", o que "querem dizer", o que "representam". Deixar de lado a obsessão pelas causas, pelos motivos, pelas razões, e a procura insaciável por identificar e acusar culpados, por fortalecer o lamento – enquanto, impávidas, as consequências vão seguindo os seus rumos. É preciso, justamente, activar um trabalho com as consequências,

empenhado em assistir e rastrear no óbvio as oportunidades para entrar em *plano comum*.

Se há alguma razão no encontro, não é a das causas e a dos sentidos, mas a razão – o *ratio* – das distâncias que o *com-põe* enquanto modulação distributiva de diferenças dinâmicas, autônomas porque co-dependentes. É este tipo de “razão” que aparece quando nos envolvemos na estimativa das variantes em jogo, no cálculo infinitesimal dos encaixes e das proporções suficientes.

Isso só pode ser feito se revogarmos os escudos protectores seja do sujeito seja do objecto e se largarmos os contornos pré-definidos do eu e do outro. Isso só pode ser feito se não avançarmos de imediato com a vertigem do *desvendamento* ou com a tirania da espontaneidade, encontrando tempo dentro do próprio tempo das coisas. Um tempo que já lá está, entre o estímulo e a resposta, mas que desperdiçamos na veracidade com que cedemos ao medo e recaímos no hábito, nas respostas prontas ou numa reação impulsiva qualquer, apenas para saciar o desespero de não saber. Isso só pode ser feito se abriremos mão do protagonismo, transferindo-o para esse lugar “terceiro”, impuro e precário, que se instala a meio caminho no cruzamento das inclinações recíprocas: o acontecimento.

Se nos dermos esse tempo, esse silêncio, essa brecha; se suportarmos manter a ferida aberta, se suportarmos simplesmente *(re)parar* – voltar a parar para reparar no óbvio até que ele se “desobvie” – então, eis que o encontro se apresenta e nos convida, na sua complexidade embrulhada em simplicidade.

Encontrar é ir “ter com”. É um “entre-ter” que envolve *desdobrar* a estranheza que a súbita aparição do imprevisto nos traz. *Desdobrar* o que ela “tem” e, ao mesmo tempo, o que nós temos a lhe oferecer em retorno. *Desfragmentar*, nas suas miúdezas, as quantidades de diferença inesperadamente postas em relação. Retroceder do *fragmento* (parte de um todo) ao *fractal* (todo de uma parte).

Relação: encaixe situado entre possibilidades *compossíveis* que coincidem.

Relação de relações: uma tendência, um percurso, um acontecimento que só dura enquanto não “é”, que só dura enquanto *re-existimos* com ele.

Viver juntos é, tão somente, adiar o fim.